

Resistência e reelaboração étnica: alguns apontamentos sobre o povo Kaxarari

Resistance and ethnic re-elaboration: some appointments on the Kaxarari people

*Maria Geralda de Almeida Moreira**

**Universidade Estadual de Goiás (UEG)*

Resumo: Constitui-se nosso objetivo analisar a resistência e sua relação com o processo de valorização da identidade étnica. Para tanto, partimos de uma pesquisa bibliográfica e documental, com vistas a pesquisa de campo para construção de uma etnografia Kaxarari, o que não foi possível. De todo modo, percebe-se por meio das pesquisas (bibliográfica e documental) que a etnia é pouco conhecida no meio acadêmico, embora a família linguística Páno, a qual pertence à língua falada pelos Kaxarari tenham consideráveis estudos. As ações de resistência dos Kaxarari, como os deslocamentos, interferiram não somente na dinâmica de ocupação do território pelo grupo, alterando a sua cartografia, mas em outras áreas que vai da subsistência alimentar aos rituais. Compreendemos que, ao mesmo tempo que, ocorre uma acirrada redução populacional, em função de doenças e da violência perpetrada contra o grupo, ocorre a resistência e a etnogênese. A grosso modo, a partir da análise dos documentos e dos pouquíssimos trabalhos acadêmicos que versam sobre os Kaxarari, conjecturamos que o final do século XX, constituiu um momento decisivo para essa etnia, pois é nesse contexto que ganha organicidade a “viagem da volta” em meio a luta pela terra.

Palavras-chave: Etnocídio. Resistência. Etnogênese. Kaxarari.

Abstract: The Kaxarari ethnic group inhabits a region that is rich in forests, ore, and other natural resources coveted by big companies. That led, soon after the contact of this group with non-indigenous society, to violations of their rights (land, identity, specific way of language, language) prevailing until the first half of the 20th century when, in a more effective way, the resistance movements presented themselves. In this sense, our aim was to analyze the resistance and its relationship with the process of validation of the ethnic identity. In order to do so, it can be seen through research (bibliographic and documental) that this ethnic group is little known in Academia, even though the Páno linguistic family, to which belongs the language spoken by the Kaxarari, is considerably studied. The resistance actions by the Kaxarari, like moving away, interfered not only in the dynamics of occupation of the territory by the group, altering their cartography, but in other areas from subsistence to rituals. We understand that, at the same that a sharp populational reduction occurs, due to diseases and the violence against the group, there also occurs resistance and ethnogenesis. Roughly speaking, from the analysis of documents and the very few academic works that talk about the Kaxarari, we conjecture that the end of the 20th century constitutes a decisive moment for this ethnic group, because it is in this context the “trip back” receives organicity amid their fight for land.

Keywords: Ethnocide. Resistance. Ethnogenesis. Kaxarari.

Introdução

A proposta dessa pesquisa constituiu-se em analisar, na perspectiva da etnogênese, o movimento de configuração de novas teias sociais, de laços de solidariedade e etnicidade experienciadas/construídas em/nas fronteiras, nesse sentido, nosso objetivo compreender como as estratégias de resistência dos Kaxarari funcionaram como mecanismos impulsionadores das alterações culturais e organizacionais do grupo proporcionando uma “viagem da volta” (OLIVEIRA, 1999) a etnicidade. Partimos do pressuposto de que, a partir da década de 70 do século XX, o grupo realizou uma “viagem da volta” a etnicidade e importa-nos entender esse processo.

Habitantes da região norte do Brasil (entre Roraima, Amazonas e Acre), os Kaxarari, falam a língua Kaxarari¹ que pertencente à família linguística Páno². Erikson (1992, p. 240) afirma que o grupo ao qual pertencem os Kaxarari “[...] são etnograficamente bem menos conhecidos do que outros Pano [...]”, devido à escassez de estudos específicos sobre os Kaxarari e da negativa do grupo para a realização de trabalho de campo, oportunamente, orientei pesquisas sobre a família linguística Páno visando melhor compreender a história dos movimentos de resistência e migração dos Kaxarari.

De certa forma, a afirmação de Erikson (1992) acerca dos Páno Meridionais (grupo ao qual pertencem os Kaxarari), de serem menos conhecidos do que os demais grupos Páno, nos ajuda a compreender a recusa do grupo a realização da pesquisa etnográfica, ou seja, a recusa não se refere a essa pesquisa em específica.

Curiosamente, o interesse especial por esse grupo é a reiterada ausência de estudos etnográficos sobre eles, conforme me asseverou uma pesquisadora de línguas Páno. A compreensão do objeto de estudo por meio de relatórios técnicos da FUNAI limita a percepção do historiador à realidade em análise, todavia, o trabalho é sobremaneira enriquecido quando vivido a partir das narrativas da própria etnia, o que infelizmente não foi possível.

Segundo Aquino (s/d, p. 02), o termo Kaxarari é uma atribuição externa, não possuindo na língua do grupo um termo para autodenominação, uma vez que ele é identificado pelo clã ao qual o grupo pertence. Nesse contexto organizacional, segundo Sousa

¹ Conforme utilizado por Barbosa (2015).

² O nome Páno será grafado com acento sempre que fizer parte da minha redação, seguindo a nova normatização dos Linguistas, especialmente com base nos trabalhos de Aguiar (2018) e Souza (2012). O nome Pano será grafado sem acento sempre que for citação, mantendo, assim, a grafia original do texto referência.

(2004), no passado existiram numerosos clãs, entretanto, na pesquisa em campo realizada outrora pela referida autora, apenas seis clãs foram acessíveis.

A família Kaxarari, como citado por Aquino (s/d, p. 3) “não é só importante como unidade de produção e consumo, mas também como transmissora de valores culturais, do idioma nativo e de outras tradições de seu povo”. Como exemplo, os casamentos devem ocorrer entre clãs distintos e, quando casados, os jovens passam a viver junto à família de sua esposa, tornando-se parte importante da unidade de produção. Todavia, essa importância tem sido alterada, “de acordo com os Kaxarari, os mais jovens pouco têm observado a questão dos clãs em relação à realização dos casamentos” (SOUSA, 2004, p. 32-33).

1 A família etnolinguística Páno

De acordo com o levantamento bibliográfico realizado, a família linguística Páno é composta por línguas faladas por etnias que vivem na região amazônica do Brasil, da Bolívia e do Peru.

Nessa região fronteira, os falantes destas línguas ocupam “[...] uma área quase ininterrupta que se estende praticamente do alto Solimões [...] até o alto Purus [...]” (ERIKSON, 1992, p. 239) e se diferenciam das outras famílias linguísticas da região devido a sua “[...] *grand cohesión geográfica, formando un compacto bloque* (ERIKSON, 1993, p. 47 *Apud* MORIN, 1998, p. 286).

No caso dos Kaxarari, seu território não insere na espacialidade definida, anteriormente, como sendo Páno, pois os mesmos habitam uma região fronteira entre Brasil e Bolívia. Nesse sentido, Erikson (1992, p. 239) afirma que “fora dessa zona principal, o único enclave Pano importante se situa na região limítrofe entre Rondônia e a Bolívia, do alto Madeira ao rio Beni [...]” local de habitação tradicional dos Kaxarari.

Os falantes dessa família linguística possuem uma origem comum, a região do Ucayalli na qual teriam reinado até por volta de 700-800 d.C. (ERIKSON, 1992) e segundo Dole (1998, p. 141), “*las primeras noticias históricas de los pueblos pano se remontam a 1557*”, de lá para cá viajantes, aventureiros e pesquisadores de diferentes áreas tem buscado compreender as 30 línguas³ que fazem parte dessa família linguística, bem como, suas características de continuidade e afinidades.

³ Vale ressaltar que, dessas 30 línguas que compõem a família linguística Páno, 14 são encontradas no Brasil.

Embora muitos estudos tenham sido realizados sobre os falantes Páno, permanece a escassez de informações sobre os Kaxarari, pois pouquíssimas referências são feitas ao grupo nesses estudos e nenhum estudo etnográfico específico sobre eles foi encontrado.

Erickson (1992, p. 251) salienta que “boa parte das etnias pano contemporâneas parece resultar de fusões”, citando exemplo de diversos grupos que podem ser resultado desse processo.

No Brasil, os Marubo, por exemplo, se autodefinem como um aglomerado recente. No Peru, a maioria (senão a totalidade) das diversas frações mayoruna ainda independentes no início do século constitui uma única fração atualmente, chamada "matsé" (também presente no Brasil) (ERICKSON, 1992, p. 251)

Seria então a etnia Kaxarari resultante de uma fusão, o que explicaria a ausência de registros sobre o grupo, inclusive nos estudos sobre os povos Páno, uma vez que, informações mais precisas sobre a existência dessa etnia indígena, são apresentadas a partir de 1910, após o engenheiro João Alberto Masô - da Comissão de Limites Brasil/Bolívia/Peru -, registrar a presença dos Kaxarari na região do rio Ituxy. Erickson (1992) não afirma, em seus estudos, que os Kaxarari são resultado de fusões.

Ehrenreich (1948) apresenta a etnia Kaxarari como pertencente à etnia Apurinã, pois segundo o referido autor, “Os próprios Ipuriná enumeram as seguintes hordas como pertencentes a sua tribo: Uarineri, Ximoakuri, Karipoakuri, Kaxineri, Hänauiri, Maneteneri [...] **Kaxarari**⁴ (alto Ituxi) [...]” (EHRENREICH, 1948, p. 190), o que não tem a concordância de pesquisadores na atualidade.

Nas últimas décadas a língua falada pelos Kaxarari foi classificada como pertencente à família linguística Páno. Esse equívoco pode ter ocorrido pela proximidade que os Apurinã possuem dos Kaxarari. Em várias pesquisas sobre os Apurinã, os Kaxarari são citados como aliados, um grupo que embora fale uma língua que pertença à outra família linguística, possui uma proximidade com esse grupo da família linguística Maipure-Aruak⁵.

Link (2016, p. 199) assevera que “[...] muitos Apurinã afirmam uma aliança até os dias de hoje dizendo que compreendem sua língua, trocando casamentos e organizando reuniões políticas em conjunto”.

⁴ Grifo meu.

⁵ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apurin%C3%A3>. Acesso em: 19 abr. 2018.

Por outro lado, a ideia de uma formação recente (resultado de fusão) dos Kaxarari é colocada em suspense. Uma ancestralidade desse grupo é apresentada pelos Apurinã ao colocá-los como parceiros de uma jornada mítica.

[...] os Apurinã se consideram um povo em transição entre dois mundos de perfeição. Eles teriam saído de *Kairiku* numa migração em direção a *Iputuxity*. Os Apurinã também afirmaram terem iniciado essa jornada juntamente com o povo Kaxarari; pertencente à família Pano. Schiel diz que os Apurinã garantem compreender a língua Kaxarari, como uma prova de que teriam saído juntos nessa migração mítica originária. Nas narrativas, os Apurinã afirmam que iniciaram a marcha seguindo outro povo, os *Utsamanery*, que teriam completado a viagem até *Iputuxity*, enquanto os Apurinã e os Kaxarari teriam ficado na terra do meio, a terra na qual as coisas definham e morre. (SCHIEL, 2005, p. 56s, 62, 85 *Apud* LINK, 2016, pp. 70-71)

A narrativa, a seguir, de José Cesar Kaxarari fixa a origem do grupo à região do Ituxy e corrobora a ligação com os Apurinã.

Perto do rio Ituxi tem um lugar chamado *muxalauê* que é tido por nós Kaxarari, especialmente pelos mais velhos, como sendo um local sagrado e de fundamental relevância ancestral, onde se constituiu a primeira aldeia do nosso povo. Ali tudo é diferente e sagrado, e nada pode ser destruído ou alterado, porque, afinal de contas, foi criado desde a época de Tsurá. Quem conhece sabe disso, e também confirma ter presenciado acontecimentos muito difícil de explicar. Foi lá o primeiro encontro dos Kaxarari com os Apurinã e também a briga entre Ykapatã (que é Satanás) e Tsurá (que é Deus). A casa fica localizada a mais ou menos oito horas distante daqui da aldeia Pedreira, ela continua do mesmo jeito até hoje. Depois que Tsurá criou o primeiro mundo e deu nome as todas as coisas que existem sobre a terra, ele passou a morar na “casa de pedra”. (APURINÃ, 2016, p. 140)

De qualquer modo, os Kaxarari gozam de uma boa relação com os Apurinã, sejam estas, relações comerciais por meio da troca, seja por meio dos casamentos, dentre outras atividades. Santos (2002) observa que os dois povos, possuem uma divindade em comum, a qual é denominado *Tsurá*, tanto na língua Kaxarari como na Apurinã, evidenciando que as

relações entre eles não se deram somente por trocas materiais, mas culturais, levando dois povos, distintos, conjugar a crença em uma divindade comum.

Com relação aos grupos da família etno-linguística Páno, Erikson (1992) considera sete subconjuntos, sendo que os Kaxarari pertencem ao subconjunto: *Páno Meridionais*. Estes, afirma Erikson (1992, p. 240), encontram-se “[...] separados do tronco comum e são etnograficamente bem menos conhecidos do que outros Pano”. Tal afirmação colabora para a compreensão de nossa assertiva sobre a escassez de estudos sobre essa etnia, principalmente no que se refere aos processos históricos, uma vez que, em nosso levantamento, a maioria dos trabalhos encontrados busca construir uma ortografia da língua Kaxarari.

2 Cartografia da violência e a resistência Kaxarari

A riqueza da região sobre a qual habitam os Kaxarari despertou o interesse desenfreado de grandes empresas o que levou, logo após o contato com esse grupo, no século XX, às violações de seus direitos (a terra, a identidade, ao modo de vida específico, a língua) o que prevaleceu até meados do século XX quando, de forma mais efetiva, os movimentos de resistência se apresentam.

Devido a presença da *Hevea brasiliensis* (seringueira) na região, árvore da qual se extrai a matéria prima para a fabricação da borracha, os Kaxarari foram inseridos no trabalho de extração do látex, ou expulsos de suas terras, no século XX. Uma violenta exploração da mão-de-obra se impõe sobre os índios, reduzidos “a meros braços dos ‘patrões’ dos seringais da região” (AQUINO, 1984, p. 135). A violência empreendida levou-os a denominar o período de “correrias”⁶ (início do contato) e “cativoiro” (período de trabalho nos seringais).

Sobre o período das “correrias”, o cacique Kaxarari, Antônio Caibú, em entrevista a Aquino (s/d, p. 7) afirma que

Antigamente só vivia Kaxarari no Curiqueté, Macurenem, Ituxu e Aquiry. Primeiro que veio foi peruano, tirando caucho. Entrava nas malocas e matava muita gente na bala. Matava os homem tudim pra tomar a nossa terra, as mulheres e as crianças. No tempo dos peruanos, eles não livravam a cara de homem nenhum. Matava tudo na bala, no terçado e no porrete. O chefe dos peruanos era um tal de Missael. Depois apareceu os cearenses, trabalhando na seringa e metia a bala também pra

6 Gomes (2009) insere um primeiro tempo denominado de “antigo”. Esse se refere ao período anterior as “correrias”, notadamente aos primeiros anos do contato.

tomar as nossa terra. No tempo das correrias os brancos tangiam nós na bala; aqui no Macurenem, no Curaqueté tinha muito caboclo brabo. Aonde era mais gente que tinha. Não tinha outro. Só puro Kaxarari. Também morreram muito com sarampo, catapora, gripe e tuberculose. Não tinha remédio, não tinha nada. O resto morreu na bala mesmo [...] depois acabou esse negócio de correria, mas doença continuou ainda.

O período denominado pelos Kaxarari de “cativoiro” refere-se ao momento em que são obrigados a trabalhar em regime de escravidão por dívida nos seringais. O trabalho realizado por eles nunca gerava saldo, como afirma Artur César, “[...] no tempo desse cativoiro, como eu já disse, nós nunca recebia saldo e ainda era obrigado a pagar renda das estradas de seringa” (AQUINO, s/d, p. 8).

Esse período de submissão às condições de vida e de trabalho imposta pela empresa seringalista, teve início com o deslocamento dos Kaxarari do rio Curequeté o que teria acontecido, segundo relatórios da FUNAI, entre os anos de 1910 e 1930. A submissão não pode ser considerada em linhas gerais como definitiva, passiva ou total dos Kaxarari aos patrões seringalistas. Na verdade, o que houve, foi a necessidade da nação Kaxarari sobreviver em um território que sucessivamente tornava-se ocupado por Cariús e Arigós, que se apossavam de enormes áreas de terras pertencentes aos índios e estabelecia, nesse processo, uma relação de violência (GOMES, 2009, p. 33).

O período do cativoiro se estende até por volta dos anos 60, momento de construção da BR-364, no trecho Porto Velho – Rio Branco, o que leva a instalação da Empresa Mendes Júnior, no Igarapé Azul, para retirar rocha granítica (usado no asfaltamento da referida BR). Essa ação causou sérios problemas ao meio ambiente e desencadeou um processo epidemiológico.

Na década de 1990, o médico Marcos A. Pellegrini, do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), observou que 60% da população Kaxarari havia contraído malária⁷. Não sanados os problemas causados pela construção da BR-364, os Kaxarari já se encontram submetidos às consequências de outros projetos de grande escala, como o da usina hidrelétrica de Jirau.

⁷ O então enfermeiro da FUNAI, Raimundo Gomes de Paula, em entrevista ao Jornal *A Gazeta* de 23.08.1991, fala em 70% da população contaminada por malária, com uma média de 32 casos mensais.

Os Kaxarari ao longo de todo o século XX, tiveram que se deslocar pela região em busca de melhores condições de vida, pois suas terras foram sempre alvo de ações predatórias de não-índios que buscavam explorar os recursos naturais ali existentes, especialmente a seringa, a castanha, as madeiras e as pedras⁸.

Nesse contexto inicia o período descrito como dos “direitos⁹”, e é exatamente nessa fase, que é implementada uma nova política de integração nacional, marcada principalmente pela construção de rodovias federais, pelo governo militar, o que continua a impactar negativamente a vida dessa etnia indígena. Todavia, entendemos que é nesse período que a resistência e a “viagem da volta a etnicidade” se evidenciam em meio à luta pela demarcação de suas terras¹⁰.

Os Kaxarari, agora conscientes de que são povos originários, passam a valorizar essa identidade e, a partir dela, reivindicar seus direitos.

Com o declínio do sistema seringalista e a construção da BR-364, os índios migraram em direção ao rio Azul. Esse deslocamento para próximo à rodovia ocasionou redefinições no espaço habitado pelos índios, pois, no início, os fundos da terra era o rio Azul, área reservada à pesca e, principalmente, à caça e, com a mudança, passou a ser a frente, ou seja, a parte habitada pelos índios.

Aquino (1984, p. 160) apresenta essa cartografia dos deslocamentos do grupo a partir de 1910, e vai ao encontro de nossa assertiva.

De 1910 para cá, os Kaxarari mudaram-se das cabeceiras do Curequeté, afluente do Ituxy, onde foram localizados por Masô, para as margens e

⁸ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaxarari>. Acesso em: 20 abr. 2018.

⁹ Gomes (2009) apresenta, após o tempo dos direitos, o tempo da “estrada” e o “tempo atual”.

¹⁰ Na pesquisa realizada por ocasião do mestrado, identifiquei três fases do processo de reconhecimento da Terra Indígena Kaxarari: a primeira tem início em 1977, quando é apresentada a primeira proposta de identificação e delimitação da Terra Indígena Kaxarari; a segunda fase data de 1986, quando o decreto presidencial declara a terra como sendo dos Kaxarari, porém, os Kaxarari não aceitaram a demarcação, pois a mesma deixará de fora grande parte de suas terras tradicionais, ocupadas pela Mendes Junior. A luta continuou pelas áreas que ficaram fora dos limites definidos. A terceira fase ocorre, em 1991, quando a FUNAI designa uma nova comissão para estudar os limites da Terra Indígena Kaxarari. Com parecer do grupo de trabalho favorável a reivindicação dos Kaxarari, em 1992. Nesse ano é assinado decreto regulamentando a Terra Indígena Kaxarari.

centros do rio Aquiry e, mais recentemente, para as águas do rio Azul e seus afluentes Barrinha e Maloca.

A ocupação capitalista nessa região do país ocasionou muitos dessabores aos seus habitantes, causando deslocamentos e/ou inserção de modelo econômico praticado na região. Vale citar inicialmente o caso da extração do látex e, posteriormente a luta pela legalização da terra, além da desconsideração da identidade indígena.

A exploração dos Kaxarari nos seringais da região e a violência étnica (proibição de falar a língua; desqualificação da identidade, dos costumes e valores, são exemplos de violência étnica) a que foram submetidos ocasionou: redução demográfica¹¹; epidemias, principalmente de malária; deslocamentos e migração; intensificação do contato com o não índio e o acesso a bebidas alcoólicas; mudanças nos rituais; nas atividades xamânicas; na confecção dos objetos da cultura material e na forma de construir suas casas e aldeias. Estas, não possuem na atualidade, as características descritas por Masô no início do século XX.

As aldeias são compostas de 15 a 20 malocas ou grandes choupanas, toscamente construídas, cobertas de folhas de jarina, cuja palmeira produz um cacho de coco de um bello marfim, própria para o fabrico de botões, dados, rosários, fichas, etc. as malocas são espaçosas, podendo agasalhar até dez famílias ou aproximadamente até umas quarenta pessoas [...] (MASÔ *apud* AQUINO, s/d, p. 5).

Sousa (2004) afirma que os Kaxarari não realizam mais os rituais de xamanismo, e mesmo o de nomeação das crianças está entrando em desuso, devido à ausência de pessoas que conheçam a genealogia dos nomes. Todavia, nas últimas décadas, um movimento perene e cada vez mais consciente, tem movido esse povo na tessitura de sua cultura e identidade étnica. Uma função que parecia extinta¹², volta ser mencionada no âmbito do grupo, o pajé: “[...] entre os Kaxarari o pajé ajuda a parteira rezando quando a parturiente está tendo um parto difícil. O interessante do caso Kaxarari é que, mesmo nas aldeias onde já não existem mais pajés, algumas pessoas, como Dona Maria, aprenderam algumas técnicas” (GIL; PATRÍCIO; BRANDÃO; YAWANAWÁ, 2007, p. 136).

¹¹ Em 1910, quando Masô fez o primeiro registro dessa etnia, afirmou serem aproximadamente duas mil pessoas; em 1970 foram reduzidos a 100 pessoas; na década de 1990 dados da CPI-AC afirmam serem 192 pessoas e mais recentemente, em 2014 somavam 445 pessoas (Siasi/Seasai).

¹² Gomes (2009, p. 57) afirma que “[...] não há atualmente um líder espiritual ou pajé entre os Kaxarari. O último conhecedor dessas tradições, o índio Kaibú, faleceu por volta de 1988”.

Com relação à língua, padre Pedro Gaulik (1975) afirmava “[...] além do vínculo linguístico parece haver pouca coisa de sua cultura tradicional”, enfatizando que “[...] todos eles falam sua própria língua”. Essa realidade observada por Gaulik (1975) não é encontrada por Sousa (2004).

De acordo com Sousa (2004) “dentre a população que vive na aldeia Pedreira, pode-se perceber que apenas os mais velhos, ainda falam a língua, das crianças poucas falam e algumas apenas entendem” (SOUSA, 2004, p. 33). Embora, a afirmação de Sousa (2004), refira-se a apenas uma, das cinco¹³ aldeias é um dado que demonstra uma alteração em relação a constatação anterior. Couto (2005)¹⁴ afirma que na comunidade Marmelinho, o Kaxarari é língua franca, o que nos leva a entender que todos falam a língua Kaxarari nessa comunidade.

Sobre a cultura material dessa etnia, Ehrenreich (1948), se refere às flechas que os Apurinã adquiriam dos Kaxarari, devido a sua qualidade e ainda por obter um poderoso veneno.

As flechas com ponta de taquara (*iwata* ou *ximbana*) são um pouco mais compridas (1,40 a 1,60 m). Um curto pedaço de pau de palmeira, inserido na haste, suporta a lasca da taquara, de 30 a 40 cm de comprimento, fixa por meio de delicada atadura que forma listas transversais em branco e preto [...] também estas flechas se diz serem venenosas [...] Os Ipurinã obtém-nas dos Kaxarari, cuja região é a única que se encontra essa espécie de taquara; estes as fornecem já em forma de lascas convenientemente rachadas em troca de hastes de flecha, que eles não possuem (EHRENREICH, 1948, p. 118).

Atualmente os homens Kaxarari não produzem mais arcos e flechas e as mulheres também não confeccionam os adereços como: braçadeiras e tornozeleiras, objetos de sua cultura material como antigamente. De acordo com Sousa (2004, p. 36), “da arte plumária só são feitas as pulseiras de penas, e poucas mulheres ainda sabem trabalhar com a palha para fazer cestos; há o agravante de que o material para a cestaria está cada vez mais difícil de ser obtido”, assim, muitas dedicam ao trabalho com miçangas, afirma a autora.

¹³ Dados de Couto (2005). Alves (2009) apresenta um total de quatro (04) aldeias: Barrinha, Marmelinho, Paxiúba e Pedreira.

¹⁴ A escola indígena Kaxarari criada em 1996, se observando às diretrizes para a educação escolar indígena, deveria ser bilíngue e, portanto, contribuir para a revitalização e escrita da língua, contudo, segundo Couto (2005, p. 2) a escola “funciona precariamente desde então com poucos recursos, ora estaduais, ora municipais”.

Consideramos que tais mudanças na forma de viver e ser Kaxarari ocorrem em meio ao processo de atualização histórica. Sobre esse movimento Oliveira (1999, p. 30) afirma que este “não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça”, pois a “emergência étnica” ou “etnogênese” é condição intrínseca em todos os processos históricos, não sendo específico de um “conjunto de povos e culturas” (p. 28).

Esse processo histórico vivenciado pelos Kaxarari pode ser compreendido a partir da análise realizada por Almeida (2010) acerca da aculturação. Segundo a autora, a aculturação não perde força nesse novo cenário (pós-colonial, pós-moderno); pelo contrário, amplia em função da globalização. Todavia, novas abordagens questionam o processo de aculturação como um fenômeno que se opõe à resistência.

Ainda sobre a aculturação, Grunewald (1999, p.154), afirma que “ao substituir uma orientação provida pela noção de aculturação por outra, ligada à ideia de etnogênese, percebe-se, em vez de perdas numa cultura autóctone, a reinvenção histórica do grupo em questão”.

Partindo dessa compreensão, percebemos, então, uma história construída num contexto fluido, de lutas, de resistências e ressignificações da identidade étnica, tendo o grupo como agente do processo histórico que compreendemos como etnogênese, pois, como afirma Oliveira (1999, p. 18), a etnogênese abrange “[...] tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já conhecidas”.

Nesse sentido, o período denominado dos “direitos” configura-se como o momento de tomada de consciência dos direitos étnicos e, essa compreensão, influencia um movimento de valorização e “atualização” da etnicidade, assim, a “viagem da volta” afirma Oliveira (1999, p. 31), “não é um exercício nostálgico de retorno ao passado e desconectado do presente”, mas um movimento de atualização necessário à existência da identidade étnica e é fortemente influenciado por um movimento de valorização da etnicidade, da condição de indígena que ocorre no país no final do século XX.

Esse movimento, afirma Luciano (2006, p. 33), é responsável pelo acontecimento da etnogênese. “Os povos indígenas, que por força de séculos de repressão colonial escondiam e negavam suas identidades étnicas, agora reivindicam o reconhecimento de suas etnicidades e suas territorialidades nos marcos do Estado Brasileiro”, o que não é diferente com os Kaxarari, pois, como salienta Aquino (1984, p. 130).

Até pouco tempo atrás muitos Kaxarari envergonhavam-se de sua identidade étnica, recusando-se a falar sua língua na presença de brancos ou quando visitavam os núcleos

urbanos da região. Mais recentemente, no contexto de luta pela posse de suas terras, a situação tende a se inverter. Há atualmente uma crescente valorização de sua língua nativa.

A rejeição à língua Kaxarari ocorre de forma mais contundente durante o período de extração da borracha, quando esses índios eram proibidos pelos patrões de falarem a própria língua - denominada nesse momento de gíria - ao se inserirem em um sistema de trabalho que predominava a língua portuguesa. Atualmente, alguns trabalhos têm buscado 'produzir' a ortografia da língua Kaxarari, para possibilitar que ela seja ensinada nas escolas indígenas.

Partindo da análise dos documentos e dos pouquíssimos trabalhos acadêmicos que versam sobre os Kaxarari, compreendemos que o final do século XX, constitui momento decisivo para os Kaxarari, pois é nesse contexto que ganha organicidade a "viagem da volta". A luta pela terra, naquele momento, exige uma identidade assumida e manifestada por meio de linguagens e códigos aceitos socialmente como sendo indígenas. Na atualidade, outros códigos contribuem para a valorização da identidade étnica, é o caso, do time de futebol Kaxarari, que tem atuando em nível regional no estado de Rondônia.

O final do século XX é marcado pelo Movimento Indígena, fruto do processo de conscientização destes povos e, portanto, dos Kaxarari, de seus direitos enquanto povos originários.

Nesse contexto, passam a se identificar como um povo culturalmente diferente, valorizando-se. Assim, a negação da condição de índio ou a sua afirmação pode ser observada como estratégias adotadas por estes sujeitos históricos, pois em um determinado momento, devido à violência empregada pelas frentes pioneiras e de expansão¹⁵, a negação era uma saída; em outro, o importante é se afirmar como diferente e divulgar essa diferença. Os interesses do grupo jogam com as categorias identitárias, de acordo com o contexto e suas necessidades.

Considerações Finais

As ações de resistência dos Kaxarari, como os deslocamentos realizados ao longo dos períodos denominados por eles de "correrias", "cativeiro" e dos "direitos", interferiram não somente na dinâmica de ocupação do território pelo grupo, alterando a sua cartografia, mas em outras áreas que vai dar subsistência aos rituais. Ao mesmo tempo em que ocorre

¹⁵ Para uma discussão sobre frentes de expansão e pioneira ver José de Souza Martins. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

uma acirrada redução populacional, em função de doenças e da violência perpetrada contra o grupo, ocorre a resistência e a etnogênese.

A pesquisa sobre os Kaxarari ‘entra em recesso’ por força maior, nesse momento, sem conclusão, sem etnografia. Muitas perguntas continuam sem respostas. Seriam os Kaxarari resultados de fusão com outros grupos Páno? Se não há estudos substanciais sobre essa etnia, os quais nos permitiriam melhor compreender os processos históricos vivenciados por eles, quais os motivos da resistência à pesquisa?

Referências

AGUIAR, Maria Sueli. *Entre as trilhas da memória e da palavra*. Goiânia: Vieira, 2018.

ALMEIDA, Maria R. C. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALVES, Alcilene O. *Os Kaxarari e as Políticas Mitigatórias do Estado*. Dissertação (Mestrado) - UFAC, Rio Branco, 2009.

APURINÃ, Francisco Cândido. O Mundo dos Kusanaty e a Cosmologia Apurinã. *Campus*. v. 17, n. 2, jul./dez. 2016.

APURINÃ, Francisco Cândido. O Mundo dos Kusanaty e a Cosmologia Apurinã. *CAMPOS*, v. 17 n. 2, jul./dez. 2016.

BARBOSA, Raphael Augusto Oliveira. Uma proposta preliminar de sistema consonantal para a língua Kaxarari (Pano). *ESTUDOS LINGÜÍSTICOS*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 202-216, jan.-abr. 2015.

BOCCARA, Guillaume. Colonización, resistencia y etnogénesis en las fronteras Americanas. In: BOCCARA, Guillaume (Ed.). *Colonización, resistencia y mestizaje en las Americas (siglos XVI-XX)*. Lima: IFEA-Quito: Abya-Yala, 2002.

COUTO, Alexandre. *Ortografia Kaxarari: uma proposta*. Porto Velho, 2005. Disponível em: <http://docplayer.com.br/51658346-Ortografia-kaxarari-uma-proposta.html>. Acesso em: 19 abr. 2018.

DOLE, Gertrude E. Los Amahuaca. In: GRANERO, Fernando Santos; REY DE CASTRO, Frederico Barclay. *Guía Etnográfica de la alta Amazonía*. Vol. III. Quito: Abya-Yala, 1998.

EHRENREICH, Paul. Contribuição para a etnologia do Brasil. *Revista do Museu Paulista*. N.S., v. 2, p.7-135. Disponível em:

04 abr. 2018.

. Acesso em.

ERIKSON, Philippe. Uma singular pluralidade: a etno-história Pano. In: CUNHA, Manoela Carneiro. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GIL, Laura Pérez; PATRÍCIO, M.; BRANDÃO, E. Carlos; YAWANAWÁ, L. Luiza. (Equipe Executiva). Projeto: “Valorização e Adequação dos Sistemas de Parto Tradicional das Etnias Indígenas do Acre e Sul do Amazonas”. Florianópolis, 2007.

GOMES, Ivonete B. S.R. *O que aconteceu aos Kaxarari: um estudo etnográfico de (in) sustentabilidade ambiental*. Dissertação (Mestrado) - UNIR, Porto Velho, 2009.

GRUNEWALD, Rodrigo de A. Etnogênese e ‘Regime de Índio’ na Serra do Umã. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

GRANERO, Fernando Santos; REY DE CASTRO, Frederico Barclay. *Guía Etnográfica de la Alta Amazonía*. Vol. III. Abya-Yala. Quito/Equador. 1998.

JORNA, P. MALAVER, L. OSTRA, M. (Coord.) *Etnohistoria del Amazonas: colección 500 años*. 46º Congreso de Americanistas. Amsterdã, 1988. Abya-Yala, 1991. Quito, Equador.

LUCIANO, Gersen dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília, 2006. (Inédito).

LINK, Rogério Sávio. *Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado Brasileiro nos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado) - UFRS, Porto Alegre, 2016.

MORIN, Françoise. Los Shipibo-Conibo. In: GRANERO, Fernando Santos; REY DE CASTRO, Frederico Barclay. *Guía Etnográfica de la alta Amazonía*. Vol. III. Quito: Abya-Yala, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

OLIVIERA, Sanderson Castro Soares de. *Contribuições para a reconstrução do Protopáno*. (Tese de doutorado), UNB, 2014.

PAIVA, José O. de. *RUPIGWARA: o índio kawahib e o conhecimento ativo nas diversas áreas de consciência*. (Tese de doutorado), USP, 2005.

PICKERING, Wilbur. *Vocabulário Kaxariri*. (Versão eletrônica). Acesso em 22.11.2018.
RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

SANTOS, Edna Dias dos. De massacrados a organizados. *Povos do Acre: História Indígena da Amazônia Ocidental*. Rio Branco, 2002, p. 30-31.

SANTOS, Fernando; BARCLAY, Frederico. (Ed.). *Guía Etnográfico de la alta Amazonía*. Quito: Flacso, 1994.

SOUZA, Emerson Carvalho de. *Aspectos da uma Gramática Shawã (Pano)*. Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas, 2012.

SOUSA, Gladys Cavalcante. *Aspectos da Fonologia da Língua Kaxarari*. Dissertação (Mestrado) - Unicamp, Campinas, 2004.

Documentos de arquivos: (antigo Setor de Assuntos Fundiários da FUNAI – Brasília - atual DPT).

AQUINO, Txai Terri Valle de. *Kaxarari: considerações socioculturais, históricas, territoriais e as graves ameaças à sobrevivência de suas comunidades em decorrência da devastação ambiental promovida pela Construtora Mendes Júnior S.A. na Terra Indígena*. Brasília. Pastas Suspensas- FUNAI/Brasília. s/d. Pp. 58.

AQUINO, Txai Terri Valle de. *Relatório de Avaliação: Os Kaxarari*. Brasília, 1984. Departamento de Assuntos Fundiários. FUNAI. p. 38.

CIMI. *A área indígena Kaxarari*. 1987.

DIF/SUAF/FUNAI. *Denúncias de índios Kaxarari*. Brasília, 1991.
Ata da segunda reunião do grupo de trabalho indígena. Porto Velho, 2010 (versão eletrônica). Disponível em: <http://observatoriojirau.com.br/wp->

content/uploads/2011/05/ATA-DA-SEGUNDA-REUNI%C3%83O-09-07-10-DO-GRUPO-DE-TRABALHO-IND%C3%8DGENA.pdf. Acesso em 20 abr. 2018.

FUNAI. *Relatório Técnico*. Departamento de Assuntos Fundiários. Brasília, 1988. p. 8.

GAWULIK, Pedro M. *Relatório sobre a situação dos índios Caxarari*. Abunã, 1975.
APURINÃ, Antônio F. MANCHINERI, Élcio da S. MATNY, Jorge Franco. *Relatório de viagem a área indígena Kaxarari*. CIMI. Setor de documentação. 1989.

MINTER/FUNAI. *Relatório de verificação de danos causados pela retirada de granito pela empresa Mendes Junior S/A na AI Kaxarari*. Brasília. 1989. p. 6.

MARIA GERALDA DE ALMEIDA MOREIRA

Bacharel e Licenciada em História pela UFG – Goiânia (2002). Mestre em História pela UFG. Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades (2005). Professora da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Iporá). Pesquisadora da temática com ênfase em: História Indígena e Ensino de História Indígena. CV: <http://lattes.cnpq.br/9164028674068300>. E-mail: geraldamoreira44@gmail.com.